

Narrativas compartilhadas: o Facebook e a produção de militâncias, memória e esquecimento nos movimentos sociais populares¹

Patrícia Lânes Araujo de Souza (PPCIS/ UERJ/ Rio de Janeiro)²

Resumo

A presente comunicação analisa a relação entre redes sociais virtuais (em especial o Facebook) e a produção da memória coletiva por movimentos sociais. A análise parte de etnografia realizada entre 2012 e 2018 junto a ações locais do conjunto de favelas que compõe o Complexo do Alemão (zona norte, Rio de Janeiro) que têm na produção audiovisual e no uso da Internet modos prioritários de ação. No contexto pesquisado, a produção da memória coletiva compreende diversas estratégias (entre elas, a produção de videodocumentários, livros, fotografias, grafites e intervenções urbanas e a criação de um centro de documentação e memória). Tais estratégias vem sendo pensadas pelos atores locais como formas de visibilidade pública da favela, modos de narrar o lugar, sua história e suas “lutas” a partir do ponto de vista de quem lá vive, mas também como maneiras de garantir que certas versões da história do lugar sejam conhecidas e transmitidas (em detrimento de outras). Ainda que a produção da memória coletiva seja recorrente em movimentos sociais populares, com a inclusão da Internet e suas plataformas em seus repertórios, a maneira pela qual se dá tal produção vem se alterando. Tais transformações vinculam-se a características das plataformas utilizadas combinadas aos agenciamentos de diferentes atores sobre tais recursos. Trata-se, portanto, de pensar de que maneira tais combinações modificam a relação com passado e presente, bem como as formas de conceberem sua relação com o tempo e com o lugar. Nesse sentido, é importante pensar como se articulam “memória do presente” (DALMASO, 2015) criada pelo constante compartilhar de fatos cotidianos à “memória social” (HALBWACHS, 1997) do lugar, que ancora pertencimentos e identidades (POLLAK, 1989, 1992). De que forma recursos disponíveis no Facebook - como álbuns de fotografia, a lógica da linha do tempo (“timeline”), marcação de pessoas e, mais recentemente, a possibilidade de rememorar posts antigos - contribuem para criar outras modalidades de produção da memória coletiva? E, ainda, como se articulam “memórias autobiográficas” (WANG, BROCKMEIER, 2002; CARNEIRO, GERMANO, 2017) constituídas nas redes sociais virtuais e memória coletiva em contextos em que falar de si possui valores contrastantes (a centralidade do “eu” nas redes sociais virtuais versus o controle permanente para que o indivíduo não seja mais visível do que a coletividade e/ou, no caso em questão, o lugar, a favela)? Não se trata de pensar a Internet e as redes sociais simplesmente como arquivos ou depósitos de rastros do cotidiano, mas de refletir sobre as implicações de seus usos na produção da memória coletiva, focando a interseção entre “memória do presente”, “memória autobiográfica” e “memória mediada” (DIJCK, 2007)

Palavras chave: memória; militância; Facebook

1 Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

2 Pós doutoranda Capes/PNPD do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ) e intrante do CIDADES – Núcleo de Pesquisa Urbana.

(1) Introdução

Em outubro de 2018, depois do primeiro turno das eleições (que incluíram o pleito à presidência) e da enorme adesão à candidatura de Jair Bolsonaro, político conhecido nacional e internacionalmente pelo desprezo aos direitos humanos, aos movimentos sociais, a qualquer forma de valorização da diferença e da diversidade e pelo enaltecimento da ditadura militar e da tortura (e seus agentes), o campo da militância de esquerda encontrava-se atônito. O discurso de ódio pregado por ele, por políticos de seu partido e seus adeptos não apenas ganhava respaldo nas urnas, mas também repercussão nas ruas: pessoas eram fisicamente e verbalmente agredidas por trajar camisetas com a inscrição #elenão e por usar adesivos que aludiam à oposição ao candidato e suas ideias. Naquele momento era evidente o papel da Internet, das redes sociais e, em particular, dos grupos do aplicativo Whatsapp na consolidação de sua candidatura como alternativa ao campo democrático (e particularmente à possível reeleição do Partido dos Trabalhadores) através de uma ampla disseminação das chamadas “fake news” (que na realidade conformava uma grande variedade de informações que iam desde notícias verdadeiras fora de seu contexto, memes com frases – verdadeiras ou não de seus opositores até notícias falsas insistentemente reproduzidas dando a elas um certo contorno de veracidade a partir da repetição). Esse era o contexto em que militantes das mais diversas matizes de movimentos sociais progressistas encontrava-se. Mas ainda havia o segundo turno a ser disputado³. Nas redes sociais, manifestações de desalento e busca por esperança. Nas universidades, ONGs, sindicatos, movimentos sociais tentativas de mobilização. Foi nesse cenário que li a postagem da jornalista e militante de comunicação comunitária do Complexo do Maré Gizele Martins:

Povo, real agora, a gente na favela vive no pânico 24 hrs. Sofremos o terrorismo de Estado 24 hrs. Só essa semana, a galera que vive e sobrevive no Alemão passaram dias com tiroteios, caveirões, helicópteros. Além disso, os corpos negros são perseguidos 24 hrs. Ou seja, o fascismo e o racismo é um enfrentamento diário historicamente. Sabemos que tudo pode piorar e piorar não só pra gente da favela, mas pra quem é também de esquerda e mora no asfalto, na verdade, vai ficar muito ruim pra todos, menos pros

3 Em 28 de outubro de 2018, Jair Bolsonaro (PSL) foi eleito presidente do país com 55,13% dos votos válidos (contra 44,87% de Fernando Haddad, candidato de coligação liderada pelo PT).

ricos. O que quero dizer é: Não paralise sua militância, se reconstrua. Nós na MARÉ sabemos o que é ser perseguido por fazer militância ou não, 2014 o exercito mostrou a ditadura pra gente. É muito difícil se reconstruir, achar o novo, mas não podemos estar só. Desânimo nunca! A reconstrução nossa na favela é diária porque lutamos pela vida! Lute com e como a gente mesmo em um momento tão triste e contra nós...

...Complementando aqui... Enfim, o histórico de terrorismo é independente do governo, mas diante de algo que pode ainda ser pior, é assim que eu penso. Inclusive, a galera que nunca passou por isso poderia apoiar mais a luta contra o racismo, contra a militarização, a ser também antirracista. Poderia também aceitar a crítica que nós povo temos a qualquer governo, pois é real. Enfim, diante do atual momento, termino com o #ELENAO⁴ e convidando geral a não sair das ruas!!! (Gizele Martis, Facebook, 10 de outubro de 2018)

O post de Gizele coloca em perspectiva o sentimento que consumiu pessoas do campo progressista naquele momento, evocando seu lugar de fala, a partir de onde se identifica e constrói sua militância (o de moradora de favela) para argumentar que, mesmo em um ambiente de perseguição e constante silenciamento e risco de morte (por parte do Estado, como em uma ditadura) é preciso continuar “lutando” (categoria central para a construção e percepção da ação de movimentos sociais variados como mostram COMMERTON, 1999 e SOUZA, 2017). Para além de pensarmos a constituição do Estado (e de seus variados agentes e mecanismos) nas margens (como sugerem DAS, POOLE, 2008), aqui proponho que a reflexão de Gizele sirva como ponto de partida para pensarmos sobre o lugar da memória na construção da “luta” ou da “resistência” dos movimentos sociais que se constituem nas (e a partir das) margens⁵.

O elo proposto por Gizele conecta não apenas as resistências de dentro e de fora das margens (aqui expressa pelas favelas), mas também remete ao significado da ditadura (naquele momento reestabelecido como parte do campo de possibilidades em futuro próximo) ao cotidiano de milhares de pessoas que precisam conviver, se ajustar (e resistir) a ações estatais que as enxergam (historicamente) como inimigas. Em sua fala, a ativista chama a atenção para esse aspecto a partir da evocação de um passado ainda presente: a ocupação das favelas do Complexo da Maré pelo Exército como parte das ações do Estado para garantir a realização de megaeventos (Copa do Mundo FIFA e

4 A campanha foi liderada por mulheres através da hashtag #elenão com o objetivo de se contrapor coletivamente à candidatura de Jair Bolsonaro ainda no primeiro turno das eleições de 2018. A repercussão foi tão grande que a hashtag chegou a liderar os trend topics do Twitter em 13 de setembro desse ano e gerou ampla mobilização de rua em diversas cidades do país.

5 Das e Poole (2008) propõem “uma etnografia do estado incrustada em práticas, lugares e linguagens que são consideradas nas margens do estado nação”. (p. 19)

Jogos Olímpicos) realizados entre 2014 e 2016 no Rio de Janeiro, Brasil, mas também a ação cotidiana de diferentes forças de segurança em outro complexo de favelas (o do Alemão) não tão longe dali (ambos situam-se na zona norte, fazendo parte do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro).

Todos esses elementos podem ajudar a pensar sobre eles possíveis entre “memória do presente”, “memória autobiográfica” e “memória mediada” (VAN DIJCK, 2007) como parte de uma memória coletiva produzida (e constantemente reproduzida) pelos movimentos sociais populares nas margens do estado.

(2) Memória nas margens: o caso das ações coletivas do Complexo do Alemão

Há décadas as margens encontram formas de contar suas histórias. As tentativas de enquadramento⁶ (aqui no sentido proposto por Butler, 2017) da história de favelas e periferias a partir do Centro (ou da “história oficial”) convive historicamente com modalidades variadas de (re)criação da memória a partir dos olhares de seus(suas) moradores(as) e, para efeitos desse texto especificamente, de pessoas engajadas social e politicamente. A (re)produção de memórias do lugar por parte das ações coletivas locais é, portanto, apenas uma delas. Por um lado, ela busca capturar e registrar as memórias presentes nas frestas do cotidiano: a narrativa de moradoras e moradores mais antigos sobre “o antigamente”, sobre a história local; a busca pela preservação de fragmentos do passado presentes em objetos e ruínas de casas; as intervenções artístico-urbanas (como grafites e recriação de placas de ruas com outros nomes, por exemplo) e a organização desses registros em documentos, catálogos, audiovisuais ou textos são exemplos desse trabalho que (muitas vezes) encontra em instituições externas (como as universidades, institutos de pesquisa e museus) importantes apoiadores e/ou co-produtores.

6 Podemos pensar, a partir da reflexão proposta pela filósofa Judith Butler (2017), que o trabalho de criação da história das favelas e periferias operado por instituições oficiais e meios de comunicação de massa (ainda que heterogêneo em seu conteúdo, incorporando disputas sobre as narrativas a respeito dessas localidades e de seus moradores) é revestida de uma certa “autoridade” que é constantemente confrontada por diferentes atores (movimentos sociais, moradores(as), pesquisadores(as) etc). No entanto, a importância desse enquadramento – no que se refere às narrativas sobre esses espaços – encontra-se atrelada à (re)produção de certo olhar sobre as vidas de quem neles habita. Nas palavras da autora: “E desse modo se estabelecem as condições para surpresa, indignação, repulsa, admiração e descoberta, dependendo de como o conteúdo é enquadrado pelas variações de tempo e lugar. O movimento da imagem ou do texto fora do confinamento é uma espécie de 'evasão', de modo que, embora nem imagem nem poesia possam libertar ninguém da prisão, nem interromper um bombardeio, nem, de maneira nenhuma, reverter o curso da guerra, podem, contudo, oferecer as condições necessárias para libertar-se da aceitação cotidiana da guerra e para provocar um horror e uma indignação mais generalizados, que apoiem e estimulem o clamor por justiça e pelo fim da violência”. (BUTLER, 2017, p. 26/27)

Halbwachs (1997) entende a memória como “fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes” ainda que na maior parte das memórias (sejam elas individuais ou coletivas) haja o que Pollak (1992) chama de “marcos ou pontos relativamente invariantes ou imutáveis”. Ambos autores chamam a atenção para o caráter seletivo e dinâmico da memória. O sociólogo Michael Pollak (1992) articula memória e produção de identidades. O autor propõe a análise da construção da memória (individual e coletiva) a partir de três dimensões: acontecimentos; lugares, que servem de “base para lembranças”; e personagens. As três dimensões propostas pelo autor podem, segundo ele, ser conhecidas diretamente pela pessoa; “por tabela”, a depender de seu relevo no imaginário social em questão; ou, ainda, transmitidos a partir de certa socialização política ou histórica. Em suas palavras: “Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas, que, por assim dizer, se transformam quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa”. (POLLAK, 1992, p. 201/ 202)

A memória local assume contornos de resistência⁷ na medida em que abriga narrativas contra-hegemônicas em um contexto em que favelas e periferias são percebidas e representadas como anômalas em relação ao restante da cidade (como representação da norma e da ordem). Como objeto de disputa entre diferentes atores, a memória social é produzida a partir de trabalho de enquadramento que requer investimento (Pollak, 1992). Longe de ser apenas algo herdado, a memória (assim como a identidade, na perspectiva de Pollak) é passível de ser negociada, não sendo estática nem imutável, mas sendo essencial para um certo sentimento de continuidade e coerência e si e de grupos.

A produção e preservação de narrativas “locais”, nesse sentido e sendo lidas como “em diálogo”, ao contrário de aprisionar-se ao lugar enseja outras formas de perceber e representar a própria cidade, situando as favelas e periferias como modos de resistência social e historicamente situada rezalizada cotidianamente por milhares de

⁷ Utilizo aqui o termo “resistência” no sentido utilizado por meus interlocutores, como parte importante da gramática das ações coletivas locais e de movimentos sociais contemporâneos que se percebem como forças opostas em relação a outras forças (percebidas como exteriores) e comumente articuladas à ideia de “Estado”, suas práticas e agentes. A resistência não é apenas uma palavra, mas uma prática que mobiliza diferentes modalidades de organização e atuação de pessoas e grupos engajados. (SOUZA, 2017)

mulheres e homens.

No Alemão isso não é diferente. Bairro formado por 12 favelas, o Complexo do Alemão está localizado na parte suburbana da zona norte carioca, onde vivem cerca de 120 mil pessoas de acordo com movimentos sociais locais. Os dados do Censo 2010 (IBGE) falam em mais de 70 mil moradores. Abrigado na Serra da Misericórdia, abrange os bairros de Bonsucesso, Inhaúma, Olaria, Penha e Ramos, parte central da região da Leopoldina, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, sendo ele mesmo um bairro desde 1993. O lugar ficou conhecido por ser uma das regiões mais violentas da cidade, com inúmeros episódios de enfrentamento entre grupos de vendedores de substâncias ilícitas armados (o chamado “tráfico de drogas”) e entre eles e a polícia. A partir da década de 1980, o tráfico de drogas se fez mais presente no local que, já no início dos anos 1990, passou a ser conhecido como um dos “quartéis gerais” de uma das mais conhecidas facções do Rio de Janeiro, o Comando Vermelho.

Na primeira década dos anos 2000, o Complexo foi escolhido como uma das localidades para implantação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo Governo Federal, o que significou obras (nem sempre terminadas), construção de equipamentos públicos e projetos sociais direcionados a públicos específicos, entre os quais os(as) jovens. Tais dinâmicas de investimentos e intervenções (públicas e privadas) adensou-se a partir do final de 2010 com a ocupação militar que antecedeu a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), veiculada em tempo real por grandes meios de comunicação.

A história de organização comunitária é, como no caso de grande parte das favelas cariocas, anterior a investimentos públicos feitos na região. A primeira associação de moradores em uma das favelas do lugar data da década de 1960 e são inúmeras as histórias narradas sobre mutirões e organização de comitês comunitários⁸. Desde que iniciei minha relação com o lugar (em 2012) percebi que parte das ações coletivas locais (e das pessoas engajadas individualmente) se organiza (também) em torno do uso da comunicação e do uso da Internet. Organizações não governamentais com foco no audiovisual, projetos sociais voltados para “formação” em cultura e comunicação, coletivo de jovens com foco na produção de fotografias e vídeos, jornais

8 Para mais informações sobre a história do Complexo do Alemão com ênfase na atuação de diferentes modalidades de ações coletivas locais, ver Instituto Raízes em Movimento (2013); Velloso, Pastuk e Degani (2013); e Rodrigues (2016).

comunitários, blogs e páginas no Facebook são exemplos de modalidades presentes no engajamento do lugar (ainda que as ações coletivas locais abranjam outras formas de organização como associações de moradores ou de mulheres e centros culturais ou voltados para o meio ambiente, por exemplo).

Chamo a atenção aqui para as modalidades de engajamento voltadas para a comunicação não apenas porque foram o foco maior de análise em minha tese de doutorado (SOUZA, 2017), mas também porque foi a partir delas que passei a pensar as formas de registro das memórias dos moradores de lá através de reuniões voltadas para o tema (INSTITUTO RAÍZES EM MOVIMENTO, 2013), fotografias que registram as mudanças nas paisagens das favelas de lá (THÂMARA, 2015), filmes contando o cotidiano de moradores(as), suas histórias ou aspectos específicos da história local (como a presença de espaços para as religiões de matriz africana e sua história ali contada no filme “Quando você chegou, meu santo já estava”, Instituto Raízes em Movimento, 2017), literatura de cordel de José Franklin (morador) narrando eventos da localidade e história de moradores(as) mais ou menos militantes, e o constante “compartilhamento” (para usar uma categoria êmica) de histórias de si e do lugar através de textos e imagens em posts publicados em plataformas virtuais como o Facebook.

A categoria “memória”, além de ser aqui usada como instrumento de análise a partir de literatura já citada, é também mobilizada por parte dos movimentos locais. O exemplo mais visível dessa dinâmica está na criação do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Complexo do Alemão (CEPEDOCA) pela organização local Instituto Raízes em Movimento (criada em 2001 por moradores do lugar)⁹.

Foi em 2014 que Alan Brum, um dos criadores e principais membros da instituição, me contou acerca da proposta de criação do CEPEDOCA. Seu projeto (que também se convertera em projeto coletivo da instituição) era organizar informações produzidas sobre o lugar e torná-las disponíveis para moradores(as), professores(as) de escolas locais e do entorno, estudantes, pesquisadores(as) e população em geral. Nas

⁹ A instituição realiza atividades culturais de ocupação de espaços públicos no Complexo, mas também projetos sociais voltados para jovens e universitários(as) moradores do lugar, articulando audiovisual e o que chamam de “produção de conhecimento”. Mais recentemente, o Raízes vem investindo na promoção de ações que visam produzir informações e dados próprios, mas também no mapeamento e organização daquilo que foi/é produzido por universidades, centros de pesquisa, ONGs etc sobre o Complexo do Alemão. Além de reconhecer os próprios moradores(as) como produtores de conhecimento a partir de outros saberes que devem ser compartilhados através de entrevistas, rodas de conversa e filmes.

palavras dele em entrevista concedida à revista do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) em 2015:

Fazemos um trabalho de *resgate da memória* do Complexo do Alemão para dar conta de estratégias para o futuro. Além de *resgatar nossa história* e obter informações para dialogar com o poder público, por exemplo, *fazemos nossas cartografias* também – inclusive da violência –, para não ficarmos refêns dos dados oficiais. Criamos no Raízes o CPDOCA – Centro de Estudos, Pesquisa e Memória do Complexo do Alemão. Estamos construindo também uma bibliografia comentada sobre a nossa história dos últimos quarenta anos. Estamos catalogando tudo o que foi produzido a nosso respeito, inclusive teses e dissertações. (Entrevista de Alan Brum, diretor do Instituto Raízes em Movimento concedida a Revista Trincheiras, editada pelo Ibase, em 2015, grifos meus)

Como revela o trecho acima destacado, a criação do CEPEDOCA articula-se a um movimento mais amplo da instituição (que associa-se a movimentos presentes nas trajetórias de seus fundadores e participantes que não serei capaz de explorar neste momento) no sentido de criar na própria favela espaço e estratégias de “produção de conhecimento” (termo usado por eles constantemente) que, por sua vez, se relaciona, reconhece e valoriza o que vem sendo produzido na universidade e institutos de pesquisa sobre o Complexo do Alemão¹⁰, mas também reconhece e valoriza um tipo de “conhecimento local” que parte das narrativas de seus moradores(as) sobre temas de interesse de ações coletivas locais (onde se inclui o próprio Raízes), mas também da academia, ONGs, poder público e outros atores.

Nesse sentido, talvez a expressão mais evidente desse interesse seja a criação do “Vamos Desenrolar – Produção de Conhecimento e Memória ” que, desde 2011, reúne lideranças locais, moradores(as) e e pessoas ligadas a organizações externas (sobretudo pesquisadores(as) ligados(as) a universidades públicas) que realizam pesquisas ali para debater em praças e sedes de organizações locais. Nesses encontros, pesquisadores(as) falam da realidade local a partir de suas pesquisas, enquanto moradores(as) participantes ou ex-participantes de movimentos locais falam dos temas a partir de suas lembranças e experiências. Os encontros consideram a produção de narrativas de memória como modo específico de produção de conhecimento que iniciais articulam experiências

10 O Raízes em Movimento, Alan Brum (graduado em Ciências Sociais e atualmente mestrando do Iesp/UERJ e outras pessoas da organização são usualmente procurados por pesquisadores(as) para auxiliá-los(as) em suas pesquisas, algumas vezes chegam a integrar equipes de investigação no lugar pessoal ou institucionalmente.

biográficas, de militância e sobre o lugar que são, assim, tecidas mutuamente.

A iniciativa do Raízes vai ao encontro de outras ações realizadas nas últimas décadas em favelas cariocas que têm como uma de suas preocupações centrais o levantamento e organização de documentos e depoimentos a partir dos quais seja possível contar sua própria história. Mas também na busca por modos próprios a partir dos quais emergem tais depoimentos e narrativas. Este é o caso, por exemplo, do Sankofa (nome dado ao museu itinerante criado na favela da Rocinha), do Museu da Maré, do projeto Condutores de Memória [ligado à Agenda Social Rio e ao Ibase, criado por moradoras das favelas do Borel e Casa Branca, na zona norte da cidade, com o intuito de “resgatar” a história de tais lugares (AMOROSO, 2012)] ou do Museu das Remoções, criado por moradores(as) e ativistas na Vila Autódromo (zona oeste da cidade) como parte das ações de resistência às remoções da favela por ocasião dos megaeventos realizados no Rio de Janeiro em 2014 e 2016 (CARVALHO, 2018).

A memória (coletiva) do lugar pode ser pensada, assim, como categoria nativa mobilizada por alguns atores locais, bem como categoria analítica que, em minha atual pesquisa de pós doutorado (realizada no âmbito da bolsa Capes/PNPD na Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) permite abarcar modalidades de criação e transmissão da história do lugar e de seus(suas) moradores(as) e movimentos sociais de forma mais ampla, incorporando, inclusive, as redes sociais virtuais, objeto de reflexão a seguir.

(3) Memórias de resistência: refletindo a partir de usos e contingências nas/das redes sociotécnicas

Direito à memória

Do lado esquerdo, está Dona Therezinha com sua neta no colo ao lado da homenagem que fizemos ao seu filho Eduardo de Jesus, assassinado aos 10 anos de idade por um policial do Choque que atirou na cabeça do menino quando este estava na escada de sua casa brincando com o celular.

Fizemos essa placa para homenagear um menino, que assim como tantos outros, usa o beco como local de aprendizado e brincadeiras, já que as ruas e praças estão cheias de nomes de “soldado isso”, “marechal aquilo”, a favela utiliza o abandono do Estado para nomear seus próprios becos.

Do lado direito, é uma foto tirada no dia de ontem (*10 de agosto de 2018*) no mesmo local quando fazíamos um rolé com a Defensoria pública pelo

complexo do alemão e Dona Therezinha nos pediu para voltar ao lugar. Voltamos e descobrimos que a placa que disputava a memória da criança foi retirada por policiais. Os vizinhos nos confirmaram e engolimos mais esta violência do Estado: ter negado o direito de memória e disputa do imaginário popular e nomeação dos espaços públicos.

Recentemente o prefeito Crivella fez algo parecido na Maré, onde trocou do dia pra noite, o nome de dezenas de ruas para nomes bíblicos. Nomes que as pessoas estavam acostumadas a se referenciar, do nada, mudava sua lógica.

O prefeito não fez isso à toa. Ele sabe que espaços públicos são uma forma de criar imaginários e construir memórias coletivas. Por isso, o Rio de Janeiro está cheio de Estátuas de poderosos em praças com nomes que lembram os poderosos.

Fazemos o mesmo há anos! Em qualquer favela em que ando os dizeres “saudades eternas” vem o nome de alguém querido naquela localidade e que perdeu sua vida cedo demais. Existem grafitis sobre isso, camisas, músicas e às vezes até balões! Disputamos a memória mesmo que os agentes do Estado tentem nos negar.

A placa em homenagem ao menino Eduardo foi uma ação de preservação de sua memória em espaço público. Mas sua vida nunca será esquecida pela sua mãe que luta por justiça e por nós, favelados que queremos ver nossa juventude viva!

(Post de Thainã Medeiros, museólogo, ativista e participante do Coletivo Papo Reto, Facebook/ Instagram, 11 de agosto de 2018)

A transcrição acima de post recente de Thainã Medeiros em suas páginas no Facebook e no Instagram revela que o Instituto Raízes em Movimento não é o único a mobilizar a ideia de “memória” no âmbito da militância no Complexo do Alemão. Thainã é morador do Complexo da Penha (conjunto de favelas vizinho ao Complexo do Alemão) e se formou em Museologia pela Uni-Rio. Recentemente, além de se engajar no Coletivo Papo Reto (que ajudou a criar), também esteve envolvido em diversas iniciativas de militância ou engajamento em outras favelas (por sua atuação no Papo Reto, mas também através de atividades profissionais que também valorizam esse tipo de atuação). Sendo assim, foi um dos idealizadores, por exemplo, do Museu das Remoções criado como parte das atividades de resistência de moradoras e moradores da Vila Autódromo à remoção.

No relato acima, Thainã se refere a uma série de eventos ocorridos nos últimos anos no Complexo do Alemão que o levam a articular a ideia de memória como direito (título de seu post). O assassinato do menino Eduardo de Jesus na porta de sua casa com

um tiro na cabeça por policiais do Batalhão de Choque foi sucedido por uma série de mobilizações no lugar (envolvendo rua e Internet, para mais informações ver Souza, 2017). No ano seguinte, a família do menino em articulação com o coletivo do qual Thainã participa e outras instituições ligadas aos direitos humanos (como a Anistia Internacional Brasil) realizaram um ato no local para marcar um ano de sua morte. A mobilização culminou com a renomeação do beco onde Eduardo viveu e foi assassinado através de uma placa que simulava as placas de nome de ruas que vemos nas partes formais da cidade. Essa peça foi produzida e afixada por pessoas do coletivo. Seu relato faz menção a essa trajetória até chegar em sua denúncia: a placa foi removida por policiais não se encontrando mais no local em que se encontrava.

A luta pelo direito a lembrar seus mortos tem feito parte do repertório de militância há muitos anos entre moradoras e moradores de periferias e favelas, mas vem ganhado maior repercussão pública nos últimos anos no Brasil na medida em que as organizações de familiares de vítimas de violência passaram a se articular em diversos estados e com movimentos pela memória de outros países (como a Argentina, por exemplo). Parte dessa articulação vem sendo realizada graças à Internet. Denúncias como as de Thainã são peças-chaves na construção dessa articulação uma vez que expõem os limites da própria ação militante (a partir da atuação de agentes do estado nas margens) para além do Complexo do Alemão¹¹.

O Complexo do Alemão, desse modo, só pode ser compreendido se ultrapassarmos o “real” e o “virtual” como opostos. No caso aqui estudado, são as continuidades entre eles que permitem perceber a complexidade e diversidade de relações que as pessoas podem possuir pela mídia comunicativa em que eles mergulham suas vidas sociais. As relações que se constituem no lugar são constantemente atravessadas pelas mediações tornadas possíveis pela Internet, inclusive a instituição da memória do lugar e dos movimentos sociais locais por agentes diversos. Assim como o próprio lugar e as pessoas que lá vivem são produzidas na Internet e por meio dela. Desse ponto de vista, “A oposição entre real e virtual (...) faz perder completamente a

¹¹ Como também foi visto no período eleitoral esse ano, a disputa pela memória de pessoas consideradas importantes para a militância progressista (caso da vereadora do PSOL no Rio de Janeiro, Marielle Franco, assassinada em 14 de março de 2018) faz parte de uma disputa maior pela compreensão de que vidas merecem ser vividas e quais mortes são passíveis de luto (e de serem lembradas). (BUTLER, 2017) O episódio da foto em que partidários de Jair Bolsonaro aparecem rindo enquanto quebram uma placa de rua (similar à de Eduardo) com o nome de Marielle no Centro do Rio revela o quanto central são as disputas sobre o direito à memória e as gramáticas do esquecimento para a política no tempo presente.

complexidade e diversidade de relações que as pessoas podem possuir através das mídias comunicativas que são incorporadas em suas vidas sociais” (MILLER, SLATER, 2000, p. 7).

Entre os militantes, a favela é um dos assuntos mais recorrentes em suas postagens, bem como as referências a ela (muitas vezes, a lugares específicos por meio de termos que demonstravam um vínculo específico e profundo de pertencimento com o lugar) e o mesmo ocorre com as imagens compartilhadas: paisagens e vistas de determinados lugares do Complexo, o teleférico, moradores, ruas, casas, muros grafitados. Palavras e imagens que constroem a gramática do lugar entre militantes. Nesse sentido, há continuidades entre militâncias ancoradas nas favelas – ou seja, a uma certa “identidade militante” com pontos de contato entre pessoas engajadas de diferentes favelas –, mas também há marcadores específicos que vinculavam a pessoa engajada ao seu lugar específico, o Complexo do Alemão. E essa associação permanente com o lugar (também) pela Internet faz parte da construção dessas pessoas e de suas reputações¹².

O uso da rede social virtual Facebook é um espaço privilegiado para a produção de narrativas que se constroem como contra-hegemônicas¹³ por movimentos sociais e pessoas engajadas desse universo. Por um lado, diversas ações coletivas locais (sobretudo aquelas em que os mais “jovens” são maioria) se utilizam dessa e de outras plataformas (como Youtube, Twitter, Instagram) como suportes centrais de escoamento daquilo que produzem com finalidades variadas, mas aliadas a outros objetivos centrais como fazer com que o Complexo do Alemão seja visto a partir de seus pontos de vista,

12 O pesquisador Daniel Solove (2007) trata a reputação como algo nunca terminado, sempre sujeita a revisões e constantes reconstruções, pautada pelo julgamento público, que se converteu mais frequente e visível a partir da disseminação do uso das redes sociais. A construção e manutenção de certa reputação engajada faz parte da construção do que Ramos (2015, p. 61) chama de “processo de subjetivação”, ou seja, “mecanismos simbólicos e materiais por meio dos quais 'em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos' (Foucault, In: Rabinaw e Dreyfus, 1984)”.

13 Ainda que incorporem, atualizem e negociem com as representações produzidas pela mídia comercial ou pelo senso comum a respeito do lugar. Desse ponto de vista é possível traçar um paralelo entre a dinâmica de ações coletivas locais do Complexo do Alemão e a reflexão de Enne (2001) sobre memória e identidade na Baixada Fluminense. De acordo com a antropóloga, “As pessoas que residem na Baixada Fluminense experimentam, continuamente, situações de conflito quanto às imagens que são projetadas para a região em que vivem, seja pelas representações da mídia e do senso comum, seja por aquelas criadas por setores da própria região. Essa relação de conflito evidencia-se ainda mais nas situações de contato que, como indica Goffman, aumentam as possibilidades de identificação negativa dos estigmatizáveis, caso típico da Baixada. (...) A experiência cotidiana de quem reside na Baixada é, portanto, não linear e composta de um imaginário (entendido aqui como um conjunto de imagens projetadas sobre determinado objeto, fruto de construções de matizes diversas e espelho/ reflexo de discursos vários sobre o mesmo) em permanente atualização”.

denunciar ações de agentes estatais julgadas impróprias (violações de direitos) e dar visibilidade a suas iniciativas (ainda que esse último objetivo nunca seja enunciado, essas ações coletivas locais também se produzem na Internet). Para isso, de forma geral, há a criação de páginas específicas que levam o nome das instituições, jornais comunitários ou coletivos que atuam dessa maneira¹⁴.

Não raro, no entanto, há participantes de tais iniciativas que são reconhecidos pessoalmente por sua atuação nas ações coletivas locais e para além dela (alguns deles têm sua visibilidade pública fortemente atrelada à sua forte presença nessas redes sociais virtuais). Sendo assim, ainda que parte da atuação destas ações coletivas seja realizada intencionalmente nessas plataformas, há outras modalidades de atuação (nem sempre calculadas ou intencionais) que acontecem através dos perfis pessoais daqueles(as) que vivem, militam e trabalham no Complexo do Alemão no Facebook e em outras redes sociais virtuais/ plataformas da Internet.

Nesse sentido, certas plataformas, como o Facebook, parecem reforçar (ainda que com deslocamentos) alguns aspectos caros à militância. Falar de si, por exemplo, e as modalidades narrativas associadas a essa prática em contexto de engajamento militante, faz parte do repertório das ações coletivas locais. A produção de uma autobiografia militante se dá no que é vivido pelas pessoas engajadas, mas fragmentos de suas histórias de vida aparecem ao se apresentarem em reuniões, eventos públicos, conversas informais e entrevistas. E, ao narrar aspectos de sua autobiografia, o lugar, seus personagens, eventos e lugares (para seguir a análise de Pollak, 1989, 1992) são constantemente evocados, o que contribui para produção de uma memória coletiva (em âmbito individual e coletivo)

O lugar da produção e apresentação de si (GOFFMAN, 1989) e de seus pares (em um campo em que também há disputas por recursos como financiamento de projetos, visibilidade e reputação) pode ser pensado, portanto, a partir das formas através das quais memórias coletivas são criadas em histórias individuais, com ênfase em seus modos de inserção e formas de continuidade de seus engajamentos. As histórias dessas pessoas confundem-se com a história do lugar e ressignificam permanentemente valores centrais para os movimentos sociais (locais, mas não apenas) como “resistência”, “luta” e “coletividade” (SOUZA, 2017). As redes sociais virtuais são um

¹⁴ Há ainda pessoas que se organizam enquanto perfis nas redes sociais, ou seja, cuja única ou principal forma de atuação se dá através da criação, alimentação e manutenção de páginas nessas plataformas.

dos espaços em que isso acontece e pela possibilidade de construção de si através dos recursos nelas disponíveis (MÁXIMO, 2007), havendo enorme cobrança por coerência (entre pessoas que participam das ações coletivas locais seja no Alemão, seja em outras favelas). Em outras palavras, espera-se que façam o que dizem fazer pelas redes sociais, logo a “convergência identitária” (RAMOS, 2015) estimulada por determinadas plataformas faz aqui todo sentido.

É preciso, no entanto, saber o que e como mostrar: divulgar demais também pode ser alvo de crítica, assim como enfatizar a si mesmo em detrimento do grupo, organização ou coletivo do qual se faz parte e, sobretudo, em detrimento do lugar. A questão do “ego” é central na militância. Ela revela a enorme tensão sempre presente entre o indivíduo e a coletividade como valor central da militância. O “ego” – falar muito de si, das viagens individuais, do consumo individual ou mesmo do reconhecimento externo individual – é visto com desconfiança pelos demais integrantes do universo das ações coletivas locais. Quem fala demais de si, frequentemente, tornava-se alvo de comentários críticos, diretas ou indiretas (quando são feitas postagens públicas nas redes sociais que descrevem a pessoa que se pretende ofender, mas não se diz explicitamente seu nome) pelas redes sociais virtuais, mas também em conversas informais. A construção de uma reputação engajada ou militante passa também por aí¹⁵.

Mostrar-se enquanto indivíduos, certos aspectos do seu cotidiano, por onde circulam, onde transitam, o que consomem são aspectos centrais desse *ethos*. A questão aqui é que, entre as pessoas engajadas, tais redes sociais tornaram-se também uma ferramenta de controle mútuo entre militantes (seus discursos e suas práticas). Desse modo, era preciso “provar” quem se é e “dosar” o uso das redes sociais fazendo com que elas pudessem jogar a favor e não contra a construção de si enquanto militante. A convergência entre identidades militantes on e off-line era, portanto, constantemente cobrada¹⁶.

15 Parte dos conflitos por mim presenciados relacionavam-se a essa tensão que se expressava nos usos feitos das redes sociais virtuais por aqueles que eram reconhecidos como militantes e/ou protagonistas de ações coletivas no lugar. À coletividade, enquanto valor, associa-se o lugar, a favela enquanto espaço coletivo e como mobilizadora do engajamento. É pela favela que se engajam e ela deve ser a protagonista de suas ações, não os militantes. É na favela e em seus moradores que deve estar a ênfase de suas postagens, não em si próprios (ou mesmo em seus grupos, organizações ou coletivos). Essa equação não é simples de ser feita.

16Um aspecto central nesse processo, como dito anteriormente, era o modo de construir a relação das pessoas com engajamento com a favela nessas plataformas. Como afirmam diversos autores (HINE,

A prática cotidiana de postagem faz parte do universo militante espelhando práticas mais amplamente difundidas, ainda que, como foi visto anteriormente, a partir de regras próprias (ou ao menos estabelecidas de forma específica nesse universo). No entanto, ainda que as plataformas e redes sociais sejam concebidas, criadas, modificadas e operadas por pessoas, elas constroem parâmetros definidos por programadores que enquadram e orientam usos determinados e impossibilitam outros, sendo o “modo técnico de funcionamento dos servidores (...) ou plataformas (...) que define a natureza, a quantidade e o ritmo das informações que o indivíduo recebe”¹⁷ (RAMOS, 2015, p. 63).

Os condicionantes da plataforma utilizada são fundamentais para entender o tipo de uso feito e de relações ali estabelecidas. Relações essas que envolvem agências maquínicas e humanas, mas que também se vinculam a percepções e experiências mais abrangentes relacionadas por exemplo a dimensões temporais e espaciais. Sendo assim, para além do que é dito e mostrado nas postagens realizadas por pessoas engajadas no Facebook, por exemplo, não é menos relevante o fato de que tais postagens são apresentadas a partir da lógica da “linha do tempo” (timeline ou TL), que apresente como recursos oferecidos a marcação de outros perfis (pessoais ou coletivos) e que, mais recentemente, rememore alguns dos posts antigos (feitos no mesmo dia em anos anteriores). O pesquisador Carlos Henrique Falci (2007), em diálogo com Van Dijck (2007), aponta que:

No caso de memórias em ambientes digitais, as narrativas de memória são construídas tanto pelos modos de registro dos fatos, quanto pelo modo como esses fatos são dispostos em interfaces que os agrupam. José Van Dijck

2004; TURKLE, 2010; MILLER, SLATER, 2000; BOYD, 2011; RAMOS, 2015) é possível pensar a Internet embebida em outros espaços sociais, possibilitando novas mediações e mecanismos de produção de espaços de relação e identidades sociais. Ao analisar de que forma as pessoas de Trinidad utilizam a Internet, Miller e Slater (2000) revelam como o lugar se produz também na Internet. Pessoas que vivem em Trinidad, mas também quem é de lá e emigrou, por exemplo, contribuem para que Trinidad constitua-se enquanto tal também pelas mediações disponíveis nas variadas plataformas virtuais. Os autores chamam a atenção para o fato de que a Internet permite posicionar pessoas em redes que transcendem sua localização imediata, colocando-as em fluxos de recursos culturais, políticos e econômicos mais amplos (MILLER, SLATER, 2000, p. 18), se é possível pensar nesses termos as pessoas, seria possível pensar também os lugares.

17 “É o modo técnico de funcionamento dos servidores (...) ou plataformas (...) que define a natureza, a quantidade e o ritmo das informações que o indivíduo recebe. Ao mesmo tempo, como essas informações vinculam pessoas a ações de outras pessoas, e por isso produzem espaço social, o modo de funcionamento da subjetividade está amarrado à rede por meio dessa circulação de informações e significados. Isso tem impacto sobre práticas profissionais, (...), mas sobre práticas de consumo, decisões eleitorais e engajamentos políticos, e comportamentos amorosos e sexuais” (RAMOS, 2015, p. 63).

trabalha com o termo “memórias mediadas”¹⁸ para caracterizar as memórias em ambientes programáveis. Trata-se de uma qualidade das memórias relacionada ao modo de existência dos objetos de memória, criados pelas tecnologias da mídia, e ao modo de acessar tais conteúdos. Van Dijck introduz a questão a partir do conceito de 'itens de memória' que funcionariam não apenas como lembranças de coisas passadas, mas também capazes de realizar mediação entre indivíduos e grupos. Pensar os objetos de memória como objetos dialógicos é entendê-los como móveis, como pontos que tensionam camadas temporais invisíveis e não definidas por si só como passado, presente e futuro. Nesse sentido, a memória seria, então, um fenômeno que dura pouco tempo num só formato, porque ela é uma relação entre coisas”. (FALCI, 2007, p. 162)

Assim como outras pesquisadoras e pesquisadores que vêm refletindo sobre o assunto a partir da Internet e do que Falci chama de “ambientes programáveis” a possibilidade de se produzir e refletir sobre a produção da memória parece romper com marcos importantes em reflexões antes realizadas. As fronteiras entre passado e presente, por exemplo, parecem estar muito menos nítidas do que em outros momentos. Se, por um lado, a própria plataforma (falo agora especificamente do Facebook) oferece parâmetros que estabeleçam uma ordem cronológica para organização de nossas postagens, por outro lado, a incessante produção de novas informações (textos, imagens, marcações, eventos, hastags etc) também faz com que aquilo publicado torne-se efêmero, quase instantâneo. Cabe indagar se é analiticamente profícuo nos referirmos a nossas postagens ou publicações nessas redes sociais virtuais como “memórias publicadas” (DALMASO, 2015).

O compartilhar de informações sobre si fixa no tempo aquilo que é dito, comunicado, tornado visível naquela plataforma. Tal informação, além de criar “rastros digitais” (BRUNO, 2012) também torna-se passível de ser localizada (ao menos potencialmente) como passou a fazer o próprio Facebook ao mostrar a seus usuários aquilo que foi postado anos antes. No entanto, para além de “rastros deixados da nossa existência” (MÁGDA, 2013) parece ser cada vez menos passível de ser de fato tomada enquanto memória dado o volume em que é produzida. Em 2000, Andreas Huyssen já se questionava se não estaríamos sofrendo de “um excesso de memória”. E, se for esse o caso, deveríamos fazer um esforço para distinguir “passados usáveis” de “passados

18 “A memória pautada na mediação e midiatização da fotografia digital é o que Dijck (2007) nomeou de *memória mediada*, que se refere a um conjunto de atividades e artefatos produzidos através de tecnologia de mídia para criar e recriar um sentido de passado, presente e futuro. Nesse sentido, essas memórias mediadas não são objetos estacionários, mas relações dinâmicas que atuam e se modificam ao longo do tempo”. (CARNEIRO, GERMANO, 2017, p. 112)

dispensáveis”. O trabalho de “enquadramento” da memória (POLLAK, 1992) continua a ser, portanto, indispensável. No entanto, hoje ele não pode prescindir da compreensão de agências não-humanas para que possa ser realizado e compreendido.

Se o que vemos ao nos conectarmos às redes sociais é apresentado a partir de uso de múltiplas mediações (filtros, algoritmos etc), aquilo que entendemos nesse artigo como produção de si e construção de “memórias autobiográficas” (WANG, BROCKMEIER, 2002) seria apenas a parte visível de memórias mais complexas conformadas também por camadas invisíveis a um primeiro olhar.

Mas afinal como essas dimensões se conectam à produção da memória por parte das ações coletivas do Complexo do Alemão? Por um lado, há um esforço ainda recente realizado por alguns coletivos que trabalham com comunicação e tecnologia para compreenderem de que maneira as agências maquínicas operam e conformam suas práticas e ações militantes, o que pode vir a influenciar o próprio futuro da atuação militante nesses ambientes (ou ao menos parte dela). Por outro lado, buscar compreender os usos mais cotidianos feitos por pessoas engajadas e movimentos sociais locais nas redes sociais a partir da chave da produção de memória nesses contextos implica compreender “a produção de artefatos de memória com duplo propósito: a documentação e a comunicação de experiências vividas”. (CARNEIRO, GERMANO, 2017, p. 112) Esse duplo propósito parece ajustar-se perfeitamente ao duplo movimento realizado por muitas pessoas engajadas e os coletivos e instituições locais dos quais participam (e refiro-me especialmente àqueles que trabalham com comunicação) para os quais a produção de material audiovisual ou textual sobre o Complexo do Alemão, suas moradoras e moradores, seu cotidiano, conflitos, belezas e “realidade” articula a intenção de “comunicar experiências vividas” à “documentação” das mesmas.

Cabe, portanto, concluir que os modos de atuação de parte das ações coletivas locais que pude acompanhar articula-se a uma possível chave de leitura e compreensão da produção da memória em plataformas digitais. As postagens realizadas continuamente por esses atores (a chamada “memória do presente” por Henriques e Dodebei, 2013) podem ser analisadas num continuum de produção sobre si, sobre o lugar e sobre o movimento social local, do qual seus coletivos, instituições, perfis etc fazem parte.

Bibliografia

AMOROSO, Mauro. **Caminhos do lembrar: a construção e os usos políticos da memória no morro do Borel**. Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

BICALHO, Luciana Andrade Gomes. SALGADO, Tiago Barcelos Pereira. JURNO, Amanda Chevtchouk. Poéticas da ubiquidade: a construção do tempo e da memória em plataformas midiáticas on-line. **Revista UFMG**, V. 23, n. 1 e 2, Belo Horizonte, jan./dez. 2016, pp. 134-153.

BOYD, D.; MARWICK, A. Social Privacy in Networked Publics: 'Teens' Attitudes, Practices, and Strategies. In: OXFORD INTERNET INSTITUTE IS A DECADE IN INTERNET TIME: SYMPOSIUM ON THE DYNAMICS OF THE INTERNET AND SOCIETY, 2011. Oxford. **Anais...** Oxford, 2011.

BRUNO, Fernanda. Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. **Revista FAMECOS – mídia, cultura, tecnologia – Ciências da Comunicação**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, setembro/ dezembro 2012, p. 681-704.

BUTLER, Judith. Introdução: Vida precária, vida passível de luto. In: **Quadros de guerra – Quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 13-55.

CARNEIRO, Jéssica de Souza. GERMANO, Idilva Maria Pires. Memória e sites de redes sociais: midiaticização da imagem em recordações e narrativas autobiográficas. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 8 n. 1, jan.;jun. 2017, pp. 109-120.

CARVALHO, Ana Priscila Rezende de. “**A câmera era nossa metralhadora**”: **A produção de imagens no contexto da luta contra remoção da Vila Autódromo**. Comunicação apresentada no Grupo de Trabalho «Ativismo, fotografia e território» na XX Jornada de Alunos do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFF, setembro de 2018.

COMERFORD, J.C. **Fazendo a luta**: Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999 (Col. Antropologia da política, 5). p. 19-48/127-148.

DALMASO, Silvana. **A construção da memória nos sites de redes sociais: percepção sobre experiências no Facebook**. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho de História da Mídia Digital no 10º Encontro Nacional de História da Mídia, UFRGS, Porto Alegre, 2017.

DAS, Veena. POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, nº 27, UBA/ Buenos Aires, 2008, p. 19-52.

ENNE, Ana Lucia Silva. **Memória e identidade social**. Comunicação apresentada no INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação/

XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Campo Grande/ MS, 2001.

FACINA, Adriana. “**A escada da memória**”: arte e conflito no Complexo do Alemão. Paper apresentado no Grupo de Trabalho “Sobre Periferias: novos conflitos no espaço público da 38º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/ MG, outubro de 2014.

FALCI, Carlos Henrique. Poéticas da memória: invenção e descoberta no uso de metadados para a criação de memórias culturais em ambientes programáveis. **ARS**, ano 11, n. 22, UFMG, Belo Horizonte, 2007, pp. 155-166.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris, Éditions Albin Michel, 1997.

HENRIQUES, Rosali Maria Nunes. DOBEDEI, Vera. **A virtualização da memória no facebook**. CES Revista, v. 27, n. 1, Juiz de Fora, jan./dez. 2013, pp. 257-273.

HINE, C. **Etnografia Virtual**. Barcelona: Editorial UOC, 2004. (Col. Nuevas Tecnologías).

HOSKINS, Andrew. **The Digital Distribution os Memory**. University of Warwick.

HUYSSSEN, Andreas. “Passados presentes: mídia, política, amnésia”. In: **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. pp. 9-40.

INSTITUTO RAÍZES EM MOVIMENTO. **Caderno Devolutiva 2013 – Vamos Desenrolar: produção de conhecimento e memórias**. Rio de Janeiro: Raízes em Movimento, Tv Tagarela, Praça do Conhecimento, 2013.

MÁXIMO, M. E. O eu encena, o eu em rede: um estudo etnográfico nos blogs. **Civitas**, Porto Alegre, v.7, n.2, p. 25-47, 2007.

MILLER, D.; SLATER, D. **The Internet: An Ethnographic Approach**. Oxford: [s.e.], 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 2-15.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RAMOS, J. S. Subjetivação e poder no ciberespaço. Da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais. **Vivência – Revista de Antropologia**, Natal, v. 1, n. 45, p. 57-76. 2015. (Dossiê Cibercultura).

RODRIGUES DA CUNHA, Mágda. A memória na era da reconexão e do esquecimento. **Em Questão – Comunicação e Informação**, vol. 17, n. 2, jul./dez.

2011, pp. 101-115.

RODRIGUES, Rute Imanishi. (org.) **Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

RENDEIRO, Maria Elisa Lopes Silveira. RIBEIRO, Leila Beatriz. O mundo musealizado – memória e esquecimento nas redes sociais da web. **ArteFactum – Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia**, ano IX, nº 01/ 2017.

SOLOVE, D. J. **The future of reputation: gossip, rumor and privacy on the internet**. New Haven; London: Yale University Press, 2007.

SOUZA, Patrícia Lânes Araujo de. **Entre becos e ONGs: etnografia sobre engajamento militante, favela e juventude**. Tese defendida para obtenção de título de doutora em Antropologia. PPGA/ ICHF/ UFF, Niterói, 2017. 340 p.

_____. **No papel, nas telas e nos muros: notas sobre o processo de construção da memória coletiva no Complexo do Alemão**. Comunicação oral apresentada no Grupo de Trabalho «Identities urbanas, lugares e memórias» na XII Reunião de Antropologia do Mercosul, Posadas/ Argentina, dezembro de 2017.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Nova York: McGraw-Hill, 1978.

THÂMARA, T. **Fotoclube: autorepresentação e disputa do simbólico nas favelas cariocas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura) – UFF, Rio de Janeiro, 2015.

TURKLE, S. Always-on always on you: the tethered self. In: KATZ, J. (Ed.). **Handbook of mobile communications and social change**. Cambridge: [s.e.], 2006.

VAN DJICK, José. **Mediated memories in the digital age**. Stanford: Stanford University Press, 2007.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. PASTUK, Marília. DEGANI, Ana Paula. Fórum Nacional, Instituto Nacional de Altos Estudos. **Favela como oportunidade: plano de desenvolvimento de favelas para sua inclusão social e econômica**. Brasília, 2013.

WANG, Q. BROCKMEIER, J. Autobiographical remembering as cultural practice: understanding the interplay between memory, self and culture. **Culture & Psychology**, 8 (1), 2002, p. 45-64.